LEI MUNICIPAL Nº 3.562/2023

Dispõe sobre a doação de terreno urbano para a Empresa GBS BATERIAS e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar 01 (um) terreno situado na Avenida Projetada Nº 01, no Loteamento Maria Júlia, neste município, com as seguintes características:

I BENEFICIÁRIO: Empresa GEOVANE BATISTA DE SOUZA ME, inscrita no CNPJ nº 19.045.627/0001-97, que se encontra instalada neste município na Rua Mestre Vitalino, nº 28, letra A, bairro Cohab I, representado por Geovane Batista de Souza, portador do CPF nº 454.504.984-20.

II ÁREA: 360m²

III CONFRONTANTES:
(Lote C)
Frente: Para o Norte com a Rua Projetada 02
Fundos: Para o Sul com a Rua Projetada 23
Lado Direito: Para o Leste com a Rua Projetada 23
Lado Esquerdo: Para Oeste com o Lote "B" da área verde 05.

Art. 2º. O imóvel referenciado não poderá ser objeto de qualquer tipo de negócio, venda, permuta, desmembramento, ou qualquer tipo de negócio pelo contemplado ou seus herdeiros.

Art. 3º. O contemplado terá prazo de 01 (um) ano, a partir da publicação da referida lei, para iniciar as obras e edificações e 03 (três) anos para a conclusão da mesma.

Art. 4º. Caso não sejam iniciadas as obras e edificações no prazo estabelecido pelo art. anterior, o contemplado perderá automaticamente a área descrita no Art. 1º, sendo a mesma revertida ao patrimônio da Municipalidade, independentemente de ação judicial ou extrajudicial.

Art. 5º. A escrita definitiva de doação, somente será assinada pelo Chefe do Executivo

Digitalizado com CamScanner

Municipal, após certificado pela Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo, que as obras e edificações foram corretamente iniciadas e concluídas.

Art. 6º. A presente doação será por utilidade pública e geração de emprego e renda, na forma da Lei.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e sua eficácia fica condicionada ao cumprimento, pelo beneficiário e pelo doador, conforme o caso, da apresentação de toda a documentação exigida e demais requisitos instrutórios constantes da Lei Municipal nº 3.526/2023, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados de sua sanção.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Belo Jardim-PE, em 28 de dezembro de 2023.

GILVANDRO ESTRELA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Digitalizado com CamScanner